

■ PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Haverá sessão remota terça e quarta feira. A pauta ainda não foi divulgada
- O Presidente da Câmara transformou as sessões do plenário da Câmara desta semana em modo remoto, os deputados não tem a obrigação de estar em Brasília para as votações.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Foi realizada audiência pública no dia 05 de junho com o tema “Agricultura, meio ambiente e autonomia indígena”, proposta pelo Deputados Zé Trovão (PL/SC) e Coronel Chrisóstomo (PL/RO). Foram convidados representante do Ministério dos Povos Indígenas – MPI; representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAP; Edinho Macuxi, presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib; Arnaldo Zunizake, presidente da Coopihanama; Messias Faustino Santana, indígena da Etnia Macuxi (RR); Ronaldo Zorezomaiake, indígena da Etnia Pareci (MT); Gerson Waraiwe, indígena da Etnia Xavante (MT); Celso Lamitxab Suruí, membro da Cooperativa Garah Itxa de Rondônia(RO); Anderson Suruí, membro da Cooperativa Coopsur de Rondônia (RO).

Conflitos por terra são a principal causa de morte entre os defensores dos direitos humanos

Os conflitos agrários estão entre as principais causas de morte de defensores de direitos humanos no País. O tema foi discutido no seminário “Proteção das Defensoras e Defensores das políticas de respeito aos Direitos Humanos no Brasil”, realizado pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, na última quinta-feira (01/06).

Um dos autores do pedido para a realização do seminário, o deputado Luiz Couto (PT-PB), disse que é preciso trazer o problema para a discussão pública para que a Câmara possa elaborar uma legislação capaz de proteger essas pessoas que diariamente lutam pelos direitos humanos em todo o País e que muitas vezes são assassinadas por isso.

■ PLENÁRIO SENADO FEDERAL

- Haverá sessões no plenário na terça e quarta feira.
- Destaque para o Projeto de Lei nº 335/2019, de autoria da Deputada Federal Carmen Zanotto, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar ao poder público a obrigação de divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede de ensino.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE – CMA

A Comissão realiza audiência na terça-feira (06/06) com a presença da Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

CPI que pretende investigar ONGs na Amazônia será instalada

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretende investigar a atuação das organizações não governamentais (ONGs) na Amazônia será instalada no dia 13 deste mês, informou o senador Plínio Valério (PSDB-AM). Os Senadores que já foram indicados para a CPI são:

- **Titulares** - Confúcio Moura (MDB/RO); Marcio Bittar (UNIÃO/AC); Styvenson Valentim (PODEMOS/RN); Plínio Valério (PSDB/AM); Jaime Bagattoli (PL/RO); Zequinha Marinho (PL/PA); Dr. Hiran (PP/RR)
- **Suplentes**: Marcelo Castro (MDB/PI); Professora Dorninha Seabra (UNIÃO/TO); Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR); Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Senado quer votar PL que afrouxa regras ambientais até recesso parlamentar

Dois anos após ser aprovado pela Câmara, o projeto que afrouxa regras para concessão de licenças ambientais deve ser votado até o recesso parlamentar no Senado, que estuda fazer apenas ajustes de redação no texto para tentar evitar que a proposta retorne para avaliação dos deputados. O projeto está em análise em duas comissões no Senado: Meio Ambiente, sob relatoria do senador Confúcio Moura (MDB-RO), e Agricultura e Reforma Agrária, onde aguarda parecer da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura. Os relatores devem se reunir nesta semana para alinhar

os pareceres. Em seguida, vão discutir o texto com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e começar a contar votos. Segundo parlamentares, não deve haver muita resistência entre os senadores.

Comissões discutem o Licenciamento Ambiental

As comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e a de Reforma Agrária (CRA) do Senado realizaram, na última quarta-feira (31/05), uma Audiência Pública conjunta para discutir o Projeto de Lei 2159/2021, que trata das novas regras para o Licenciamento Ambiental. A proposta está em análise nas duas comissões, tendo na CRA a relatoria da senadora e membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a senadora Tereza Cristina (PP-MS).

Projeto do marco temporal das terras indígenas chega ao Senado

O projeto que trata do marco temporal para a demarcação de terras indígenas (PL 490/2007) foi aprovado na Câmara dos Deputados na última terça-feira (30/06) e já chegou ao Senado — onde vai tramitar como PL 2.903/2023. O texto é polêmico por restringir a demarcação de terras indígenas àquelas já tradicionalmente ocupadas pelos povos em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, já informou que a matéria vai seguir a tramitação regimental dentro da Casa, sem o caráter de urgência, como ocorreu na Câmara. Na última semana, Pacheco recebeu a visita da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para tratar do marco temporal. Segundo o presidente, a ministra pediu atenção com o projeto e questionou a constitucionalidade da proposta. Pacheco disse procurar “uma grande concertação, que busque equilibrar todos os

interesses". Ele reafirmou seu respeito e prometeu "buscar o melhor tratamento para esse projeto".

STF: Pode iniciar o julgamento do marco temporal

Constam na pauta do dia 07 de junho seis processos (ACO 1100, AR 2759, RE 1017365 (Tema 1031), ADI 5905, ADPF 991 e ARE 803462) que versam sobre essas matérias, o que indica a disponibilidade da Corte em enfrentar estes temas, que certamente se encontram maturados pelo conjunto dos magistrados. O Supremo Tribunal Federal – STF terá a oportunidade de sedimentar a interpretação dos direitos constitucionais indígenas em junho deste ano. Está em pauta não apenas a definição do alcance do art. 231, referente à posse tradicional das terras indígenas, que engloba a demarcação e proteção destes territórios, mas também da garantia do acesso à Justiça aos povos indígenas, prevista no art. 232 da Constituição Federal, e, da consulta livre prévia e informada assegurada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Foi montando um acampamento para os indígenas na Praça da Cidadania acompanhar a votação do Marco Temporal.

Ministra dos Povos Indígenas defende punição a quem incentivou garimpo ilegal

A Comissão Temporária sobre a Situação dos Yanomami ouviu a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, em audiência pública na quinta-feira passada (01/06). A ministra defendeu que todos aqueles que incentivaram o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami sejam pe-

nalizados. E pediu que os senadores rejeitem o projeto de lei do marco temporal (PL 2.903/2023), já aprovado na Câmara dos Deputados.

Alexandre de Moraes manda caso Ferrogrão para acordo

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou na quarta-feira (31/5) o pedido da Advocacia-Geral da União para que o caso da construção da Ferrogrão busque um acordo judicial em dois meses. Moraes também ordenou a retomada dos estudos técnicos sobre a ferrovia, que só passarão para a etapa de obras com decisão do Supremo. Na decisão, Moraes, relator do caso, citou um parecer do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), enviado ao STF pela AGU na última semana. Esse documento dizia que a construção da Ferrogrão faria o Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, perder 0,054% da área original.

O coordenador de Criação de Unidades de Conservação do órgão, Aldizio Lima, afirmou que o parque poderia ser aumentado em 51 mil hectares, como contrapartida à construção da ferrovia. "Esta medida, além de proporcionar aumento de área protegida por unidade de conservação de proteção integral, também atuou como ganho ambiental da redefinição de limites explicitada no item anterior, restando patente a sua relevância", escreveu Lima.

Esse aumento de área constava do texto original da medida provisória, em 2016. Durante a tramitação, contudo, a compensação foi derrubada pelos parlamentares